

Manuela Tavares, Movimentos de Mulheres em Portugal — Décadas de 70 e 80, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, 175 páginas.

O livro de Manuela Tavares constitui um importante contributo para a dinamização da área dos estudos sobre as mulheres em Portugal.

Partindo da ideia da existência de associações de mulheres durante as décadas de 70 e 80, a autora propõe-se analisá-las na relação mantida com os movimentos sociais pós-revolução de Abril de 1974.

Destaca-se, em primeiro lugar, a experiência da autora enquanto activista em diversos movimentos de mulheres, designadamente na década de 70, ao ser membro da Campanha Nacional pelo Aborto e Concepção (CNAC), e na década de 80, ao assumir a presidência da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), bem como os envolvimento em iniciativas mais recentes, por exemplo, no movimento «Sim pela Tolerância», aquando da realização do referendo sobre a despenalização do aborto.

Tal apontamento parece pertinente, uma vez que entronca o posicionamento metodológico assumido no livro e partilhado, aliás, nos recentes estudos desenvolvidos nesta área, acerca da necessidade de estabelecer um veículo de comunicação interactiva entre o investigador e o objecto da investigação. Trata-se de uma abordagem do objecto de estudo que religa a acção ao significado, ou seja, contempla as práticas e trajectórias

sociais dessas mulheres, sem negligenciar o significado que elas, actoras, situadas em determinados contextos sociais, políticos, escolares e profissionais, atribuem a essas mesmas práticas.

Salvaguardando de forma exemplar o rigor científico de um objecto de análise que lhe é bastante próximo, a autora apresenta no primeiro capítulo uma descrição intensa e minuciosa — socorrendo-se de testemunhos orais e escritos — da participação feminina em diferentes movimentos, uns que antecederam o 25 de Abril de 1974 e outros que despoletaram no período pós-revolucionário.

Desde logo, Manuela Tavares destaca o intenso envolvimento de algumas mulheres trabalhadoras contra o encerramento de fábricas e empresas e a conseqüente defesa do direito ao emprego, aliás uma «questão nodal nos meses a seguir ao 25 de Abril».

A par destes movimentos, um reduzido número de mulheres mais instruídas pugna por situações de igualdade no trabalho e na família. A autora confere especial enfoque, neste contexto, à publicação, em 1972, das *Novas Cartas Portuguesas* redigidas pelas três Marias (Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Isabel Barreno). Foi um livro que levou as autoras a tribunal, «uma vez que a obra combatia um sistema social e político assente em formas patriarcais de domínio sobre as mulheres e que continha severas referências à guerra colonial», tendo assumido grandes repercussões na sociedade da época.

A detecção dos caminhos trilhados no âmbito da valorização dos direitos

das mulheres foi alvo de atenção neste livro, designadamente mediante a análise da participação feminina em movimentos pelo divórcio, movimentos de moradores, de trabalhadores e mormentes daqueles que reivindicavam o direito à contraceção e à despenalização do aborto.

No que respeita às alterações legislativas, foi necessário aguardar pelos anos de 1974 e 1975 para que em Portugal fossem abolidos os poderes especiais do marido, como os direitos de abrir a correspondência da esposa, de proibi-la de ser comerciante e de, globalmente, dirigir a vida em família. Em 1975, com a entrada em vigor do protocolo adicional à Concordata (que fora celebrada entre o Estado português e a Santa Sé e que retirava a possibilidade de divórcio em casamentos católicos), é possível o divórcio civil para os católicos.

Todavia, a autora reconhece que a valorização dos direitos no plano legal e real se afigurou bastante diferenciada e não tão célere quanto teria sido desejável. Considera também que a vaga global reivindicativa posterior ao período revolucionário — a multiplicação de diferentes movimentos sociais — surge desarticulada das lutas pelos direitos das mulheres, uma vez que, para além de contemplar outras problemáticas sociais de urgente resolução, postulava apenas um novo paradigma económico e social como condição suficiente para a concretização da emancipação feminina.

Aspecto fundamental do segundo capítulo é a tentativa de construção de uma tipologia das diferentes associações existentes nas décadas de 70

e 80, tendo por base um acervo documental fascinante e riquíssimo. Ela integra o seu historial, designadamente a data da constituição, o número de membros, o âmbito de actuação, bem como os objectivos principais.

De entre esse mosaico associativo, a autora destaca as associações que lutaram pelo direito à contraceção e ao aborto, defendendo que, não raras vezes, as linguagens utilizadas não convergiram, o que desencadeou uma duplicação de esforços enfraquecedora dos potenciais programas de acção. Ao longo da década de 80, o conselho consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres vislumbra-se crucial enquanto plataforma de entendimento e de «acção comum» dessas associações.

Manuela Tavares desenha no terceiro e último capítulo, sugestivamente intitulado «Os feminismos em Portugal nos anos 70 e 80», um quadro teórico de referência com o intuito de situar o debate dos direitos à igualdade e à diferença que marcaram as diferentes abordagens dos feminismos contemporâneos.

Antes de ensaiar a integração das várias associações descritas nas diferentes correntes teóricas dos *feminismos portugueses* efectua uma revisão crítica das principais teorias situadas entre o «feminismo da igualdade» e o «feminismo da diferença», devidamente contextualizadas nos seus tempos e lugares. Se as sufragistas, no século passado, lutaram pelo direito à igualdade, outras feministas lutaram pelo direito à dife-

rença. Contudo, a autora adverte para o facto de reivindicações particulares, designadamente a licença da maternidade, terem sido exigidas pelas partidárias do apelidado feminismo da igualdade.

Distinguem-se no contexto português três correntes feministas, a caracterizada como radical, a socialista-marxista e a liberal, «que nem sempre se assumiram como tal, tendo demonstrado falta de protagonismo junto das portuguesas», mormente pelas ausências de debate e de sustentação teórica sobre as problemáticas mais prementes.

A primeira postula a dominação masculina sobre as mulheres e reconhece o patriarcado como preexistente ao capitalismo, enquanto origem da subordinação feminina. Nessa medida, sendo a exploração das mulheres a forma mais antiga de opressão, «não se podia abolir o modo de produção capitalista sem abolir o patriarcado». O feminismo mais radical critica também o casamento, ou a expectativa do mesmo, uma vez que ele influenciaria decisivamente o posicionamento subalterno das mulheres, nomeadamente nas esferas laboral e doméstica.

A abordagem socialista-marxista funda as suas conceptualizações na contradição de classe como motor da história, conferindo um destaque particular à «opressão» de género. Salienta a tensão existente entre o capitalismo e as relações de género, no sentido em que o capitalismo deveria ter liberto a mulher do trabalho doméstico para colocar homens e

mulheres em condições iguais de competição no mercado de trabalho, e postula a «luta pelo direito ao trabalho como um factor emancipador das mulheres, denunciando também o carácter opressor desse trabalho no capitalismo».

Para o feminismo liberal — emergente em Portugal na década de 80 e com expressão nos anos 90 —, seria suficiente a existência da consagração da igualdade jurídica. As mulheres, ao serem iguais, pelo menos no plano jurídico, teriam uma idêntica base de igualdade de oportunidades, sendo o seu sucesso proporcional ao investimento realizado.

A autora discorda da ideia de um período de feminismo(s) *démodé(s)*, característico do cenário dominado pela pós-modernidade, porquanto a «inexistência de uma profunda alteração das relações de género na sociedade portuguesa» faz com que o(s) feminis-mo(s) se encontre(em) longe de ter(em) esgotado as suas potencialidades enquanto movimento social.

De facto, ainda que o *panorama feminino* tenha sofrido alterações, partilha-se a ideia de que, apesar dos avanços, as discriminações permanecem e nalguns casos acentuaram-se. Atente-se, por exemplo, no paradoxo associado à actividade feminina. Ainda que se constate uma elevada taxa de feminização da população activa e elevados índices de qualificação educacional, afiguram-se várias as dificuldades que têm impedido as mulheres de usufruírem plenamente dos seus direitos de cidadania e de igual-

dade social. As discriminações no trabalho, os obstáculos aos lugares mais qualificados, a maior incidência do desemprego, a sobrecarga do trabalho na família, bem como a insuficiência de apoios sociais, mormente à maternidade e educação dos filhos, ilustram algumas dessas dificuldades.

Relativamente à «fragilização da acção das associações de mulheres», a autora sustenta que ela não está desarticulada das «dificuldades inerentes aos restantes movimentos sociais e de trabalhadores para darem resposta ao avanço de um modelo global e neoliberal».

À laia de conclusão, é um comprometimento social, longe de uma abordagem saudosista e deturpada do passado, que impulsionará novas abordagens face aos desafios actuais e nos ajudará a encontrar novas paragens.

SOFIA CRUZ

*José Machado Pais, **Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses Num Contexto Europeu**, Oeiras, Celta Editora, 1999, 400 páginas.*

Antes do livro propriamente dito, importa referir que o autor, com um percurso de investigação e uma obra publicada assinaláveis, se tornou, sem qualquer espécie de dúvida, o

principal investigador do país na área da sociologia da juventude. Nesse sentido, o presente trabalho situa-se na continuidade de uma extensa série de análises realizadas por José Machado Pais e por equipas por ele co-ordenadas.

Essa seria, desde logo, razão suficiente para suscitar o interesse pela leitura de *Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses Num Contexto Europeu*. Mas há várias outras, sendo de destacar as que têm a ver: (a) com a actualidade e relevância do tema; (b) com o âmbito da pesquisa que lhe está na base; (c) com o modo de praticar a investigação sociológica que ilustra; (d) com, enfim, um conjunto de resultados que disponibiliza e de hipóteses interpretativas que apresenta.

O objecto de estudo é a consciência histórica dos jovens europeus, tal como ela se configura na actualidade. Dificilmente se poderia propor tema mais aliciante, do ponto de vista intelectual e científico, e também mais significativo socialmente. Ao mesmo tempo seria igualmente difícil escolher algo mais complicado de conceptualizar e operacionalizar de modo a torná-lo susceptível de investigação sociológica. Tanto mais quanto presidiu à pesquisa um intuito comparativo, envolvendo um conjunto alargado de países e regiões com nacionalidade estabelecida, perto de trinta no total.

Com efeito, o livro resulta de um projecto de investigação internacional em que, em meados da última década do século xx, foram inquiridos